



FACULDADE KURIOS – FAK
DEPARTAMENTO DE GRADUAÇÃO, ENSINO E EXTENSÃO
CURSO DE HABILITAÇÃO EM PEDAGOGIA.

CARLIANE VIEIRA DE SOUZA

**ALFABETIZAR CRIANÇAS ESPECIAIS EM UMA ESCOLA INDIGENA: UM
DESAFIO DO PROFESSOR ALFABETIZADOR.**

MARANGUAPE – CEARÁ

2016

CARLIANE VIEIRA DE SOUZA

**ALFABETIZAR CRIANÇAS ESPECIAIS EM UMA ESCOLA INDIGENA: UM
DESAFIO DO PROFESSOR ALFABETIZADOR.**

Artigo apresentado à Faculdade Kurios - FAK, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Habilitado em Pedagogia, sob a orientação da professora Dra. Stânia Nágila Vasconcelos Carneiro.

MARANGUAPE – CEARÁ

2016

CARLIANE VIEIRA DE SOUZA

**ALFABETIZAR CRIANÇAS ESPECIAIS EM UMA ESCOLA INDIGENA: UM
DESAFIO DO PROFESSOR ALFABETIZADO.**

Artigo apresentado à Faculdade Kurios - FAK, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título Habilitado em Pedagogia sob a orientação da professora Dra. Stânia Nágila Vasconcelos carneiro.

Carliane Vieira de Souza (Aluna)

Data de aprovação: ____/____/____

Nota: _____

Dra. Stânia Nágila Vasconcelos Carneiro.
(Professora Orientadora)

Coordenação de Graduação
(Faculdade Kurios- FAK)

MARANGUAPE – CEARÁ
2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar a Deus, que iluminou o meu caminho durante esta caminhada. A minha família e, em especial, meus pais, que sempre me deram apoio incondicional, expresso toda minha gratidão a todas as pessoas amigos, professores alunos, parceiros dentre outros personagens que de alguma forma contribuíram para o aprimoramento como ser humano, e meu crescimento profissional.

E a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação meu muito obrigado.

DEDICATÓRIA

A Deus.

Aos meus pais, Manoel e Liduina.

Acreditamos que a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressiva, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho se não viver a nossa opção. Encarná-la, diminuindo, assim, a distância entre o que dizemos e o que fazemos.

Paulo Freire

ALFABETIZAR CRIANÇAS ESPECIAIS EM UMA ESCOLA INDÍGENA: UM DESAFIO DO PROFESSOR ALFABETIZADO.

Carlíane Vieira de Souza¹

Profa.Dra.Stânia Nágila Vasconcelos Carneiro²

RESUMO

É notório o conflito vivenciado pelos professores alfabetizadores, com relação à alfabetização das crianças especiais, e nas escolas indígenas não é diferente os professores sentem dificuldade em fazer o processo de alfabetização com as crianças portadoras de necessidades especiais. Sendo um direito de todas essas crianças merecem respeito e oportunidade de aprender dentro das suas limitações. Nossa pesquisa se fundamenta nessa concepção de igualdade para todos. Pretendemos investigar as causas e dificuldades enfrentadas pelos professores da Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos na cidade de Aratuba – CE, com relação ao processo de alfabetização das crianças especiais. Com o objetivo de compreender como os professores de alfabetização da Escola Indígena conciliam a alfabetização com as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar. Esperamos com este trabalho descobrir as possíveis causas das dificuldades encontradas pelos professores, para isso realizaremos uma pesquisa de cunho qualitativo, fazendo uso da pesquisa bibliográfica como forma de referendar o trabalho. Os procedimentos para obtenção de coletas de dados serão feitos através de entrevistas da própria escola.

PALAVRAS – CHAVE: Professores. Alfabetização. Educação. Indígena. Dificuldades.

ABSTRACT:

The conflict experienced by literacy teachers, regarding the literacy of special children, and indigenous schools is no different teachers have difficulty in making the literacy process with children with special needs is notorious. Being a right to all these children deserve respect and opportunity to learn within their limitations. Our research is justifying this conception of equality for all. We intend to investigate the causes and difficulties faced by teachers of Indigenous School Manoel Francisco dos Santos in the city of Aratuba - EC, with regard to literacy special children process. In order to understand how literacy teachers of Indigenous School reconcile with literacy difficulties in everyday school life. We expect this work to find out the possible causes of the difficulties encountered by teachers, for that we will have a qualitative research, using research literature as a way to countersign the work. The procedures for obtaining data collection will be made through the school's own interviews.

KEYWORDS: Teachers. Literacy. Education. Indigenous. Difficulties.

¹Professora na Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos, Graduada em Licenciatura Intercultural Indígena pela Universidade Federal do Ceará.

karlianekaninde@hotmail.com

²Orientadora. Doutora em Ciências da Educação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL	08
2.1 EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS INDIGENAS	12
3 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA INDIGENA: UM ESTUDO DE CASO	14
3.1 METODOLOGIA	20
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado vem nos falar a respeito da educação especial, e das dificuldades enfrentadas pelos professores. A educação é para todos, e conseqüentemente as pessoas com qualquer tipo de necessidades especiais estão incluídos nesse todo. Para nortear os estudos tomamos como base analisar a importância das políticas educacionais na Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos em relação à Educação Especial, levando em consideração as políticas vigentes no país voltado para educação inclusiva, Abordado a formação dos professores na área da Educação Especial. E a não formação dos demais professores que acabam recebendo esses alunos sem nenhum preparo.

Para a elaboração deste trabalho usaremos a pesquisa qualitativa como ponto básico da investigação, por possibilitar maior aproximação com os verdadeiros fatos estudados junto aos atores sociais, valorizando a relação entre o mundo real e o sujeito, ressaltando que ambos estão intrinsecamente interligados.

Ao abordar a temática da inclusão, é público e notório perceber que há, no sistema educacional, em especial na concepção dos professores, muitas dúvidas sobre o que é melhor para a educação das pessoas com deficiência, integração. Nossa reflexão é a de que a inclusão tem como uma de suas principais metas, oportunizar que todas as pessoas com deficiências possam ingressar no ensino regular, independente do grau de sua deficiência. Nesse artigo iremos procurar fazer uma reflexão acerca da inclusão na educação, em especial, quando referimo-nos a diversidade. E como os professores devem atuar fazendo seu papel de mediador da aprendizagem sem uma ajuda preparatória para esse fim.

A inclusão escolar configura-se como um tema que vem provocando aos professores alguns momentos de reflexões, principalmente, quando observamos na escola os múltiplos olhares dos educadores frente à inclusão na diversidade. Nosso objetivo nesse artigo é provocar algumas inquietações aos professores que atuam no ensino regular, e suas dificuldades nesse processo. Para tanto, nossa intenção é averiguar a concepção dos professores acerca da inclusão escolar no contexto da diversidade. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, pautada na concepção teórica de vários autores que abordam essa temática de pesquisa e na fala de professores atuantes nesse processo educacional.

Deste modo, é relevante ressaltar que foram enfatizados os múltiplos olhares dos professores que estão se debruçando frente a temática da inclusão. A cerca dessa temática podemos dizer que a inclusão escolar é um processo novo em nossa legislação educacional, portanto ainda difícil de ser aceito. Assim, resta-nos empenho, dedicação e aceitação, pois mudar o modelo que aí está posto para romper com o paradigma tradicional, eliminar barreiras é, entre tantas outras, as maiores dificuldades que os professores vêm encontrando acerca da inclusão, pois muito se fala teoricamente mais na prática ainda há muito a ser feito para ajudar os professores.

O estudo de campo para respaldar esse trabalho ocorrerá na Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos, A pesquisa bibliografia também será responsável para dar consistência aos embasamentos e veracidade dos fatos em estudo. De inicio como fonte bibliográfica iremos nos pautar nos estudos de, Minayo, Gil, Severino, Rodrigues, entre outros que muito contribuirão para a realização de uma proposta metodológica mais completa e inovadora. os questionários fechados com perguntas diretas e escritos, como nos afirma Rodrigues (2077, p. 137) “o questionário é uma técnica de coletas de informações constituídos por indagações escritas”, esperamos que o questionário fechado, devido a sua simplicidade de compreensão e organização, sendo assim, esperamos que o mesmo possa contribuir na obtenção de respostas dos participantes da pesquisa. Esperamos obter todas as informações necessárias para finalizarmos nossos estudos a respeito da Educação Especial na escola em estudo.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.

Através de pesquisas, leituras e análises de algumas obras por diferentes autores, traduziremos aspectos relevantes sobre o tema abordado. No entanto, percebe-se que nas últimas décadas muito se tem debatido sobre um sistema educacional inclusivo, sendo as esferas política, cultural, social e pedagógica, tendo se manifestado em prol do direito de todos a uma educação de qualidade. Diante disso, esse capítulo tem como temática central a visão histórica da educação inclusiva no Brasil até a contemporaneidade, obtendo como objetivo discutir os

avanços sociais, pedagógicos e tecnológicos que vêm ampliando esse cenário. Mais especificamente, pretendeu-se analisar a educação especial atualmente, apontando questões ligadas à inclusão social e escolar das pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

Uma educação de qualidade para todos contende-se, entre outros fatores, a atribuição de novas dimensões da escola no que consiste não somente na aceitação, como também na valorização das diferenças, resgatando os valores culturais e o respeito do aprender e construir, conforme define a Declaração de Salamanca (1994, p. 8-9):

[...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...] elas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos.

No entanto, a educação especial que por muito tempo restringiu-se a um ensino paralelo, aos poucos vem redimensionando seu papel, atuando no atendimento direto desse alunado na rede escolar regular. Falaremos, de forma sucinta, sobre a educação inclusiva no Brasil, desde sua trajetória histórica até os momentos atuais, baseando-se nos princípios de igualdade e equidade, considerando que esta implica colaboração e coparticipação de toda a sociedade. Mas, para que a inclusão aconteça é preciso educar nosso país, modificar a história de preconceitos arraigados, tanto da sociedade quanto das próprias famílias e/ou pessoas com NEE.

Para SASSAKI (1997, p. 41) inclusão é:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

Para o autor FERREIRA (2005, p. 44) a inclusão envolve:

[...] uma filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades [do ser humano] como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e do crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor.

Diante disso vemos que a materialização da escola verdadeiramente inclusiva trabalha com base e na defesa dos valores e princípios éticos, no seguimento de ideais de cidadania e justiça, igualando-se a uma proposta que visa promover prática pedagógica que contemple o aluno de forma individual em sua maneira diferente durante o processo de aprendizagem e envolvendo-o com compromisso na comunidade escolar. Assim conceituamos a educação inclusiva como sendo interativa e socializada na própria construção do conhecimento.

A inclusão é um processo dinâmico e gradual, esta se resume em “cooperação/solidariedade, respeito às diferenças, comunidade, valorização das diferenças, melhora para todos, pesquisa reflexiva” (SANCHEZ, 2005, p. 17).

No Brasil as políticas voltadas para a educação especial ganhou forças na segunda metade do século XX e foi em 1996 com a Lei nº 9394, no dia 20 de dezembro de 96 que os alunos deficientes conseguiram adentrar no ensino regular. O nome que se dar a educação de pessoas com qualquer tipo de deficiência é conhecida como Educação Especial, por se tratar de uma forma diferenciada de ensinar estes sujeitos.

No Ceará no início dos anos 40 as primeiras iniciativas para trabalhar com pessoas deficientes não foram totalmente voltada para o lado educacional. Esse atendimento tinha um caráter mais assistencialista e médico-terapêutico. Algumas mudanças foram ocorrendo e por volta de 1942 é fundada a Sociedade de Assistência aos Cegos para tratar pessoas com problemas na visão, partindo desse princípio a entidade percebe o grande potencial desses sujeitos e nasce a preocupação com a escolarização dos cegos no Ceará.

A Educação Especial em um primeiro momento foi uma iniciativa privada em resposta a ausência do Estado, constituída por pais, parentes e amigos preocupados com a inserção das pessoas deficiente nos espaços de convívio social. Por volta de 1960 é que o governo manifesta algum interesse pela Educação Especial, e funda em 1970 um setor voltado para Educação Especial dentro da

Secretaria de Educação estadual. É importante observar a citação Cavalcante (2002, p.140):

“Foi possível perceber, ainda, que essas primeiras iniciativas privadas de atendimento especializado aos cegos e aos portadores de deficiência mental no Ceará, surgida no início dos anos de 1940 e em meados da década de 1950, podem ser consideradas uma resposta a omissão do Estado no encaminhamento de opções para o atendimento a essas pessoas. Pois, é somente na década de 1960 que o governo estadual manifesta seu envolvimento com a escolarização especial, quando, sob a influência direta da Campanha Nacional em prol da educação dos surdos, cria o Instituto Cearense de Educação de Surdos, em 1961, e amplia seu raio de ação, a partir dos anos 1970, com a organização do Setor de Educação Especial na Secretaria de Educação do Estado, sob a determinação legal que reformula o ensino de 1º e 2º graus no País”.

A autora vem nos falar que a educação dos surdos teve maior peso que as demais deficiências. Antes o Estado não dava muita importância para a educação especial e só por volta dos anos 70 às mudanças aconteceram.

Podemos dizer que foi nessa época que os primeiros interesses voltados para a Educação Especial se intensificaram e se consolidaram de fato. Mas a preocupação no que diz respeito à formação de professores especialistas para atuar na área era grande, pois era quase inexistente especialista neste campo profissional.

Nesse caso o educador é o mediador e responsável pela construção do conhecimento, interação e socialização do aluno com NEE, sendo a inclusão considerada uma tentativa de reedificar esse público, analisando desde os casos mais complexos aos mais singelos, pois uma educação de qualidade é direito de todos. Porém o papel do educador é de suma importância nesse processo merecendo também uma atenção maior para melhor atender a essas demandas, pois em teorias tudo é muito bonito, mais na pratica falta muito, pois em determinados momentos chegam às escolas alunos com necessidades diversas às vezes sem um laudo, e o educador sabe que tem que incluí-los, mas como sem uma formação especifica mais voltada para a pratica de acordo com a realidade desse aluno? Não sei se por despreparo ou por falta de profissionais conhecedores da área ainda não vem sendo feito. O educador por sua vez tenta cumprir seu papel agindo com solidariedade e cooperação usando seu conhecimento para docência

onde exige outros tipos de conhecimento, em muitas vezes inseguro por não saber se esta agindo certo ao trabalhar certas metodologias com esses alunos.

2.2 EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS INDÍGENAS.

Durante o período colonial, o Brasil contou com a presença dos jesuítas a partir da chegada da expedição de Tomé de Souza, que foi o primeiro governador. Comandados por padres, desembarcaram na Bahia, onde logo ajudaram na fundação de Salvador. Ergueram a primeira escola brasileira tendo como mestre o irmão Vicente Rodrigues, o primeiro professor, no modelo europeu bem jovem, que se dedicou por muito tempo a educação religiosa.

Além da propagação da fé em solo brasileiro, dedicavam-se ao trabalho educativo e compreendiam que se os índios não soubessem ler nem escrever não seriam convertidos ao catolicismo. Não se limitaram ao ensino básico, os chamados cursos elementares: mantiveram cursos mais avançados chamados de secundários e até nível superior em teologia e ciências sagradas para aqueles que desejassem se formar sacerdotes. Para afastar os índios da escravidão ocasionada pelo colonizador, os jesuítas criaram as missões. Essa seria a forma pela qual ocorreria a catequização onde eles se dirigiam ao interior do Brasil. Essas missões também consistiam nas orientações ao trabalho como agricultura e garantiam assim seu sustento.

Com isso, de acordo com o padrão educacional era europeu, mesmo que as pessoas que aqui viviam já possuíssem características suas para o ensino, não se pode afirmar que existia uma estruturação, mas ressaltamos que a educação praticada pelos indígenas em nada tinha a ver com o modelo repressivo dos europeus.

Podemos compreender a atuação dos jesuítas em duas fases: uma como sendo a fase de adaptação e o início do trabalho de catequese e a conversão dos índios aos costumes dos brancos. A outra fase seria o período de desenvolvimento do sistema de educação implantado na primeira fase, ou seja, a consolidação.

De início os padres se dedicaram a conversão do índio á fé católica, mas com o passar dos anos começaram a se dedicar, também, ao ensino dos filhos, dos

colonos e demais membros da Colônia, atingindo num último estágio até a formação da burguesia urbana, constituída, principalmente, pelos filhos dos donos de engenho. (SHIGUNOV NETO & MACIEL, 2008, pp.169-189).

As causas da expulsão dos jesuítas do Brasil podem ser vistas como políticas e ideológicas. A Companhia de Jesus tornara-se um empecilho aos interesses do Estado Moderno, além do que era detentora de grande poder econômico, cobiçado pela Coroa portuguesa; e educacional – as transformações sociais advindas do movimento iluminista e dos princípios liberais requeriam a formação de um novo homem, o homem burguês, o comerciante, e não mais o homem cristão. Supõe-se que a expulsão da Companhia de Jesus e a destruição de sua organização, foi de duas ordens – política e educacional – visando o homem burguês, e não mais o homem cristão, pois o princípio liberal e o movimento iluminista traziam uma nova filosofia de vida.

Podemos dizer que a história da Educação brasileira, ou da Educação Brasileira “pós-descobrimento”, começa após a chegada dos primeiros jesuítas, em 1549. Estes religiosos da Companhia de Jesus que chegam ao Brasil com o objetivo de converter os índios ao cristianismo são peças fundamentais no processo de aculturação imposto por Portugal na colonização do Brasil. Com o objetivo de propagar a fé católica também, ensinam aos nativos saberes básicos, como ler e contar. Contudo precisavam entender a lógica da cultura indígena para o sucesso do projeto de aculturação que os jesuítas iniciavam. O Projeto Educacional Jesuítico não era apenas um projeto de catequização, mas sim um projeto bem mais amplo, um projeto de transformação social, pois tinha como função propor e implementar mudanças radicais na cultura indígena brasileira. O que a história nos mostra é que desacreditaram da nossa forma de ensino, desvalorizaram nossos costumes e culturas para que aprendêssemos outra cultura, visando seus interesses e hoje nós, que perdemos nossas línguas, ainda sofremos por que precisamos compreender bem a língua portuguesa para podermos nos defender das opressões que ainda ocorrem. Podemos perceber uma preocupação em preservar a identidade e as culturas dessas comunidades indígenas, que estão tendo um maior amparo legal na área educacional e na preservação da sua história. Para isso, o governo criou leis resguardando os direitos da criança e valorizando sua cultura, dentre elas a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, que garante aos índios o acesso ao

conhecimento proveniente de uma educação especializada, com programas e currículos específicos para a comunidade.

De acordo com a LDB, a educação infantil é a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade. Compete aos municípios oferecê-la em creches para crianças de até seis anos idade e em pré-escolas para as crianças de quatro a seis anos de idade. As bases legais que constituem a educação escolar indígena são resguardadas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, resolução de 1999 e o Decreto Presidencial de 2004.

Todo esse processo legislativo teve como objetivo assegurar e garantir o direito da diferença étnico-cultural das comunidades indígenas em todo país. De acordo com o Conselho Nacional de Educação de 1999, a estrutura e o funcionamento das escolas indígenas deve reconhecer a condição de escolas com normas e ordenamento próprios, além de fixar diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngue. Dessa forma a legislação garante os direitos do povo indígena, inclusive a uma educação diferenciada capaz de fortalecer a afirmação étnica e cultural. Com o intuito de preservação da realidade da comunidade. (ALMEIDA, 2006, s/p.)

A partir disso tem-se visto avanços também nas escolas indígenas sobre a educação inclusiva que não passa por uma realidade diferente são casos de necessidades variadas que assim como nas demais escolas precisam ser assistidos e para tal feito os educadores indígena assim como todos os outros que passam pela angustia de não saber como lidar diante de alguns casos precisam de ajuda seja através de políticas voltadas para o assunto, formações para conhecimento dos tipos de necessidades e ou metodologia de como atender cada tipo de casos.

3 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA INDIGENA: UM ESTUDO DE CASO

A inclusão escolar é um discurso que vem se fortalecendo nas ultimas décadas, essa fase de pessoas deficientes estarem trancafiadas em casa já foi superada, hoje a inclusão está presente em todos os espaços. Sabemos que o preconceito ainda existe, mas os pais de alunos deficientes estão perdendo o medo

de assumir que têm filhos com deficiência e querem que os mesmos sejam inseridos na sociedade, pois sabem que é um direito que lhes assegurado por lei.

O exposto abaixo vai reforçar o que foi citado acima na colocação de Nova Escola (2011, p. 143):

“Poucas as áreas da educação mudaram tanto nos últimos 25 anos quanto a inclusão de crianças e jovens com deficiência. Até meados dos anos de 1980, o normal era mantê-los privados da convivência com os demais. Os poucos que frequentavam uma sala de aula estavam em instituições exclusivas. Foi há duas décadas que esses alunos começaram a chegar às redes regulares. Primeiro, apenas ganharam o direito à matrícula. A inclusão, de fato, só veio mais tarde, quando entrou em cena a preocupação com a aprendizagem”.

O aluno precisa ser incluído de fato, frequentar a escola somente não faz sentido. A convivência com colegas de sala comum eleva a autoestima do aluno deficiente, fazendo-o se tornar parte integrante da comunidade estudantil. Segundo Mantoan (2006) “Fazer valer o direito à educação para todos não se limita a cumprir o que está na lei e aplicá-la, sumariamente, às situações discriminadoras. O assunto merece um entendimento mais profundo da questão da justiça”.

Trabalhar a inclusão não é tão simples como parece. Podemos observar isso na citação de Arantes (2006, p.23):

“A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo as mudanças nas escolas comuns e especiais. Sabemos, contudo, que sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, a todos os alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminações nem espaços segregados de educação”.

Além de incluir as instituições necessitam garantir o desenvolvimento do aluno deficiente, inseri-los no mundo globalizando, vivendo e convivendo com a realidade. Não podemos mascarar a inclusão com um mundo de faz de conta. Em 1999, deu-se o início da educação escolar diferenciada na aldeia Fernandes, zona rural em Aratuba, foi fruto de muita luta, foi uma grande conquista das lideranças tradicionais desse povo.

A Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos, surgiu da necessidade do povo Kanindé de Aratuba, que visava reforçar o movimento organizacional do povo e a luta pela terra.

Em 1999, surgiu uma proposta dos índios Kanindé de reivindicarem pelos direitos a uma educação específica e diferenciada para suprir as necessidades do povo Kanindé de Aratuba. Com a abertura de duas salas de aula para jovens e adultos os primeiros professores foram Suzenilton e Terezinha Barroso (imemorim) a escola funcionava nas casas de famílias a noite num total de 40 alunos, 20 em cada sala, logo depois com o desenvolvimento da comunidade surgiu mais uma sala de Educação de Jovens e Adultos (EJA) educação de jovens e adultos que iniciou com o professor Elenilson por um período e depois assumiu o professor Suzenilson.

Começaram então seus primeiros passos da escola com o principal papel: Preservar a cultura do povo; Educar e fazer com que todos conheçam a história da comunidade indígena e suas origens. Formar novas lideranças indígenas para dar sustentabilidade à luta do povo. Garantir uma educação indígena diferenciada de qualidade para o povo Kanindé

No ano de 2002 surgiu a necessidade de se trabalhar com as crianças da comunidade visando repassar os conhecimentos e a história do povo para os mais jovens e fortalecer o movimento e a luta do povo Kaninde. As dificuldades eram grandes, a comunidade não contava com um espaço adequado, foi preciso dividir os alunos em casas de famílias que tinha um espaço maior para recebê-los, surgindo assim duas salas de aulas que funcionavam no colégio municipal no chamado grupo velho cedido pela prefeitura, com o passar do tempo e com a desativação de duas salas onde funcionava a sede de uma associação em um local mais centralizado para o acesso dos alunos, eram duas salas pequenas e apertadas, porém eram da comunidade mesmo apertado mais um espaço em que eles podiam ensinar a sua cultura.

Depois de muita luta não só da comunidade, mais do movimento indígena em geral e com o aumento dos alunos das escolas indígenas, iniciou se a luta por prédios escolares para as comunidades indígenas isso no contexto do Ceará. As lideranças Cícero Pereira e cacique Sotero foram pessoas importantes na luta pela educação escolar indígena Kaninde também como os professores Suzenilton e Terrezinha Barroso que foram os fundadores da escola sendo as duas pessoas que

abriram as duas primeiras salas de aula e trabalharam voluntariamente quase dois anos sem receber salário.

Neste período tivemos muitas conquistas dentre estas destacamos, o Curso de formação para professores indígenas através do magistério indígena, criação da resolução 382/2003 que dispõe sobre a criação e o funcionamento de escola indígena no Sistema de Ensino do Ceará e a construção da Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos (anexo I) que foi fonte de vários conflitos e agressões a índios Kanindé que lutavam em busca de melhoria para seu povo.

No início a escola recebeu o nome de Escola de Ensino Diferenciado de Fernandes de Cima (Anexo II) e Fernandes de Baixo devido à distância entre as salas de aula. No ano de 2005 o senhor Paulo Mané (imemoriám) fez a doação de um espaço para a construção da escola indígena, porém como a terra era de seu irmão, Manoel Francisco dos Santos conseqüentemente a comunidade decidiu homenageá-lo registrando a escola com seu nome.

A história em baixo das árvores é um dos costumes e cultura que os professores Kanindé tendem à preservar. O Toré é um ritual sagrado que ajuda na luta com garra. A tradição de chupar manga, chupar coco, catolé, chupar maracujá de vaqueiro, armar quixó, armar arapuca, buscar lenha nos matos, rezar terços nas casas, fazer artesanatos, visitar pessoas doentes, e ajudar os próprios vizinhos. Além das diversões de jogos de bola; pesquisa na aldeia e visitando o museu indígena comunitário assim pode se conhecer o que os índios Kanindé tem de bom para mostrar aos que vem visitar a aldeia.

O museu comunitário da comunidade Indígena Kanindé de Aratuba, serve como uma biblioteca onde os alunos podem fazer suas pesquisas e ficam conhecendo a história de seu povo e sua origem. No museu tem foto de casas que ainda existem na comunidade, peças de artesanato que são feitas por um grupo de índios Kanindé, que trabalham com madeiras, fotos e jornais.

O Museu Indígena dos Kanindé foi a primeira organização educacional e cultural, aberto ao povo da Aldeia Fernandes em 1996 e fundado pelo cacique Sotero que reuniu um grande acervo que vai desde animais a documentos e peças artesanais. Depois, vieram a Associação Indígena Kanindé de Aratuba (AIKA) e o movimento por uma educação escolar diferenciada, que se iniciou em 1999, Apenas em 2005 tiveram a escola indígena construída através de um projeto pré-estabelecido pelo banco mundial (jornal diário do nordeste 8 de junho de 2003) a

escola Kanindé era pra ser de um modelo padrão em forma de círculo como as demais construídas por este mesmo projeto porém o espaço não era suficiente para a construção e a escola teve que ser de um outro modelo sendo assim feitos dois andares. Com o acirramento da nossa luta, principalmente pela terra, surgiu a AIKA, em 1998. Ao longo dos anos, organizados nessa entidade, viemos desenvolvendo vários projetos voltados para o fortalecimento da cultura, da educação e da história do nosso povo, em parceria com os trabalhos desenvolvidos na escola indígena e no Museu dos Kanindé.

No ano de 2011 a escola passou por uma reforma primeiramente a coordenação se reuniu com os professores e a comunidade para analisarem o que seria necessário para melhorar a escola e atender melhor os alunos tendo em vista que o espaço era pouco e as salas eram amplas uma das propostas foi dividir as salas que eram padrão em duas salas menores pois em algumas a divisória era feita por cortinas, além disso foi feita a reforma dos banheiros. Logo após foi feita uma nova reforma no piso onde foi colocada cerâmica nas salas, construção de um refeitório para os alunos e pintura da escola.

Hoje a escola está com um total de 153 alunos matriculados da pré-escola a terceira série do ensino médio. A escola conta com 17 professores um diretor e um coordenador, um secretário, um agente burocrático, um porteiro uma merendeira, dois funcionários contratados pelo estado e mais dois funcionários cedidos pelo município. Entre os dezessete professores dois não são indígenas pois ainda não temos na comunidade pessoas capacitadas para lecionarem todas as disciplinas. Alguns professores da escola já possuem formação a nível superior e os demais estão cursando pela UFC, além disso, alguns também têm formação no magistério indígena.

A escola possui uma organização própria como determina a Constituição Federal no seu artigo 231 que garante aos índios sua organização social, para isso a escola tem algumas organizações da educação indígena Kanindé como a AIKA que é responsável pela organização e apoia a escola e os professores tendo como presidente Jose Constantino outro o Conselho Escolar tendo como presidenta Carliane Vieira.

O processo de seleção dos professores se dá através de alguns critérios feitos pela própria comunidade escolar, para ser professor indígena o primeiro critério é ser índio a não ser que na comunidade não tenha pessoas que possam assumir este

posto como e no caso do ensino médio quando não se tem pessoas formadas em algumas áreas de conhecimento, o segundo e ser envolvido nos assuntos da comunidade participando de reuniões e de trabalhos comunitários desenvolvidos para o bem comum e para melhoria da comunidade indígena essa pessoa também deve ter um bom relacionamento com a comunidade em geral, além disso, mostra interesse e capacidade para lecionar, dispor de tempo para se envolver nas questões de interesse da comunidade em geral, como demonstrar seus conhecimentos nas diversas áreas de conhecimento, deve também estar disposto a continuar sua formação como professor e liderança da comunidade para continuar a luta pela demarcação da terra, um ponto fundamental para todas as comunidades indígenas não só do ceara mais do Brasil.

Com essa organização a escola passa a trabalhar a inclusão, pensando num melhor atendimento as crianças portadoras necessidade educacional especializado NEE, conseguem a sala de AEE atendimento educacional especializado, a qual as crianças que necessitam desse atendimento são atendidas pela professora Evania Maria de Lima com formação especifica para a área, no contra turno de suas aulas normais tendo em vista que estas crianças precisam ser inclusas e se socializarem com as demais.

Vendo por esse lado parece que tudo ocorre muito bem mas, é na aula normal que as complicações se afloram, pois essas crianças tem suas limitações e precisam de mais tempo uma atenção voltada especificamente para elas e o professor da sala de aula não tem a mesma preparação que o professor da sala de AEE, o certo seria que tivessem os mesmo conhecimentos mas ainda não é assim que acontece, não tem um acompanhamento por parte de alguém especializado conta com seu pouco conhecimento na área e o apoio do professor que faz essa ponte por amor a causa mas não é seu papel.

Então essas crianças precisam ser inclusas e bem atendidas, porem falta apoio aos professores de forma geral que sente-se angustiados com as dificuldades de determinados casos, que não sabem como proceder e agem de boa fé fazendo a seu modo mesmo sem a certeza de que estão agindo certo, por outro lado temem que na tentativa de acerta possam cometer erros relevantes nesse processo de ensino aprendizagem.

3.1 RESULTADO E ANALISE

A pesquisa foi realizada para analisar as percepções dos professores frente à educação especial, utilizamos o método qualitativo, tendo em vista que se tratou de uma abordagem para investigação de um grupo no qual focalizamos a análise de entrevistas. Esse método nos permitiu investigar processos sociais sobre dificuldade dos professores indígenas em lidar com a alfabetização de crianças com NEE, nos possibilitando descobrir novos conceitos durante processo de investigação. Através da entrevista, descobrimos que esses professores se sentem despreparados para realizarem alguns desses atendimentos em sala de aula, usamos as falas dos professores nas entrevistas para comprovar nossas hipóteses e observação participante. Adotamos essas técnicas por nos permitirem revelar processos sociais de referentes grupos particulares ainda pouco conhecidos.

Por roteiro de entrevista se entende-se uma lista de temas que desdobram os que indicadores qualitativos de uma investigação. Essa lista deve ter, como substrato, um conjunto de conceitos constituem todas as faces do objeto de investigação e visar, na sua forma de elaboração, a operacionalização da abordagem empírica do ponto de vista dos entrevistados. No formato final de sua elaboração, o roteiro deve apresentar-se na simplicidade de alguns tópicos que guiam uma conversa com finalidade (MINAYO,2004, P.189).

Consideramos a entrevista fundamental para pesquisar o sentido da experiência humana em lugares sociais específicos, no caso aldeia indígena do povo Kanindé. Para isso, selecionamos três professoras que tem alunos especiais em suas turmas, para que pudesse responder algumas perguntas sobre as dificuldades em saber lidar com a inclusão em sala de aula. Realizamos as entrevistas buscando compreender a permanência dos fatos e as determinações do outro escutando o que sobre eles tem a dizer, sabendo que essas narrativas não serão a verdade dos fatos, mas sim uma versão do que vivenciaram. (MINAYO,2004, p.154)

A oralidade foi de suma importância para esse processo, tanto para a realização das perguntas propostas aos entrevistados, como para a obtenção das

respostas apresentadas por eles, relatando suas experiências de aprendizagem. Acreditamos que para esse trabalho a entrevista veio a ser a melhor abordagem para se compreender o processo de socialização com a inclusão em sala de aula.

Através do roteiro de entrevista semiestruturada, foi necessário fazer um questionário para captar os aspectos considerados relevantes sobre o assunto em pauta, evitando assim generalizações, pois na abordagem qualitativa nada impede que se faça. Entretanto, não se pode abrir mão do questionário, pois ele corresponde à lógica específica e diferenciada de aproximação do objeto pesquisado.

Para entrarmos em campo com esta pesquisa, observamos a fala dos professores da Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos, comunicamos a gestão sobre o objetivo da pesquisa. Explicamos para a coordenação e professores o objetivo e a importância desse trabalho para que os professores se sentissem a vontade para participar. Convidamos alguns professores que eram o alvo da pesquisa, mas nem todos se sentiram interessados em colaborar. Dentre os que aceitaram, escolhemos e convidamos três. A entrevista foi realizada em um ambiente da escola. Os professores foram convidados de forma individual a se dirigirem a um local calmo, onde cada um respondeu às perguntas direcionadas através do questionário preparado anteriormente com foco no assunto. Somos sujeitos ativos dessa pesquisa, pois participamos e atuamos direta e indiretamente no processo preparatório desde a escolha do título do nosso trabalho a elaboração do questionário.

Perguntamos se enquanto educadores se eles viam a educação especial como um desafio? Houve discrepância nas respostas, pois por ser um assunto ainda muito recente, deixa muito a desejar, no sentido de compreender e saber lidar, dos três um respondeu que *não porém e preciso compreender a complexidade do processo, porque excluir os excluídos não é apenas cumprir leis, mas oferecer um espaço digno, incluindo na sociedade, oferecendo uma diversidade humana, onde todos temos direitos iguais, e muitas das vezes a sociedade não compreende isso.*

Os outros dois responderam que *Sim porque não é uma tarefa fácil onde o desafio do educador hoje é formar educandos com capacidade de coordenar, atualizar, desenvolver habilidades para gerar novos conhecimentos adaptados e atualizados, continuando a investigação. Pois por não ser um assunto simples de*

tratar e é recente ainda muitos educadores ainda vão buscar conhecimentos sobre o assunto, para posteriormente se adaptarem a essas novas praticas.

Outra questão foi sobre as dificuldades enfrentadas no processo de alfabetização, e quais são elas? Responderam que enfrentam *sim, e uma delas é a falta de apoio na sala, pois na maioria das vezes só tem um professor na sala de aula para atender as crianças, e a criança especiais precisam de uma atenção direcionada somente para ela em certos momentos, e segundo os médicos especialistas o comportamento de uma criança é valido por cinco ou seja fica quase que impossível atender bem a todos vindo por esse lado.*

Outra dificuldade citada *foi a formação adequada que muitos professores não tem para lidar com alunos com deficiência* assim se torna muito difícil pois nunca sabemos se nossas ações estão sendo certas ou não, para a sua interação com o mesmo, o seu desempenho bem como as suas possibilidades de aprendizagem, para eficácia desse processo, porém *esses conhecimentos são construídos na sua experiência escolar, e não é tão fácil quanto a absorção e aplicação dos conteúdos curriculares, pois sabemos que são capazes de aprender mas de formas e tempos diferentes.*

O terceiro questionamento feito foi o que eles quanto professores veem como possível solução ou ajuda para lidar com essas dificuldades de inclusão?

De forma mais abrangente seria *a sociedade aceitar que essas crianças podem sim aprender mesmo que em tempos diferentes e não igualmente como as outras crianças, e tratar elas igualmente perante a sociedade.* De forma mais assistencial *poderia criar uma política de formação para subsidiar os professores que recebem esses alunos especiais de forma que os municípios juntos a escola fizessem formações para que o professor não sentisse tanta dificuldade para alfabetizar essas crianças, pois eles são seres humanos que também tem o direito de aprender só precisam de apoio ajuda e dedicação que tudo acontecerá no tempo certo. Pois sem ajudar o professor sozinho não conseguirá muita coisa e ao invés de incluir poderá acabar excluindo essas crianças.*

Com a pesquisa obtivemos muitas informações que só vieram a somar com as nossas inquietações a cerca das dificuldades enfrentadas pelos professores que necessitam de apoio tanto quanto as crianças especiais que precisam de um atendimento mais que especializado visando sua inclusão e assim aumentando suas possibilidades de aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao momento de conclusão desse trabalho com a certeza que obtivemos boas informações diante do nosso tema pesquisado, e a partir dos resultados alcançados podemos agora ver com um novo olhar o que antes só víamos como problemas e dificuldades de inclusão.

Conseguimos através das entrevistas com os professores, conhecer melhor não só as aflições com que lidam em sala de aula ocasionando assim as preocupações em poder fazer uma assistência adequada a essas crianças, mas também os motivos e aspectos que levam esses professores, que mesmo sendo formados não se sentem preparados para atender essas crianças portadoras de necessidades especiais, por não serem preparados especificamente. O que ocorre é uma questão cultural que mais forte do que os modos culturais da escola e nesse convívio uma parte da sociedade não aceita que tais crianças possam aprender e isso faz com que as vejam de forma diferente em todos os aspectos, o que não é considerado pois dependendo da deficiência eles são capazes mas através de formas diferentes de ensino e num tempo bem mais lentos que os demais o que não quer dizer que eles não sejam capazes.

Mas aos poucos essa concepção vem sendo mudada desde que as famílias e as escolas que se preocupam e se doam por essas crianças, veem mostrando que com ajuda e uma inclusão verdadeiramente feita essas pessoas portadoras de necessidades podem e conseguem sim a aprender mesmo que com suas limitações e dentro dos seus tempos e limites. mas se para as crianças já foi difícil essa assistência educacional e agora é assegurada, chegou o momento de se pensar como ajudar o professor a enfrentar isso tem que incluir tem é dever do professor entender sobre assunto sim, mas não é uma obrigação só dele, cabe ao próprio sistema educacional investir nesse aspecto formativo para que os professores conheçam as especialidades e assim possam desenvolver melhor sua docência para com esses alunos que mesmo inclusos na turma regular necessitam de um apoio e tratamento diferente e específico de acordo com as suas necessidades e nem sempre o professor de sala conhece e consegue trabalhar diferente do

professor de AEE, que atende de acordo com a deficiência por que se preparou pra isso sem falar que fica com o aluno num tempo reduzido.

Assim este estudo buscou identificar essas dificuldades dos professores com alunos especiais objetivando entender suas causas, buscamos levantar cada aspecto relevante para compreender essas dificuldades. Esperamos que com este trabalho possamos contribuir com os professores de forma que eles possam ver com um novo olhar o desafio de entender e trabalhar essas dificuldades em prol do desenvolvimento da criança especial. Que possam valorizar esse saber e traçar estratégia de acompanhamento para a alfabetização dessas crianças, enfatizando que o leitor e o escritor se constroem na pratica do saber. E para isso nós professores temos que focar na pratica do saber lidar com essas diferentes formas de ensinar e de aprender.

REFERÊNCIAS

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed., São Paulo: Hucitec, 2014.

GOMES, Marcelo Maia. **A História da Educação Inclusiva no Brasil e no Mundo**. <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAFrkWAH/a-historia-educacao-inclusiva-no-brasil-no-mudo>.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **História e Memória da Educação**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. Discussions on Jesuit Teaching in Brazil During the Colonial Period. **Educar em Revista**, n.31, 2008, pp. 169-189.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Acessado em 16 de abril de 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>.

NOVA ESCOLA, Anderson Moço. **Não Basta Matricular**. São Paulo: Abril, 2011.

ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

ALMEIDA, Tereza Cristine Cruz. **Educação Indígena Sob a Tutela da Legislação**: O desafio da afirmação étnica e cultural. In: VASCONCELOS, J.G, SOARES, E.L.R, CARNEIRO, Isabel M.S.P. **Entre tantos**: Diversidade na Pesquisa Educacional. Fortaleza: UFC, 2006.

PACIEVITH, Thais. **Declaração de Salamanca**. <http://www.infoescola.com/educacao/declaracao-de-salamanca/>